

ANO XXIV - Nº 131
SET/OUT DE 2006SEDE PRÓPRIA: PRAÇA DA SÉ, 371, 10º ANDAR - CEP 01001-901 - SÃO PAULO/SP
TELEFONE/FAX: 3292-5500 (SISTEMA SEQUENCIAL) - HOME PAGE: www.aprofem.com.br

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

EDITORIAL

Hora da Verdade

Avizinham-se as eleições majoritárias, nas quais o descrente povo brasileiro, na sua maioria pela obrigatoriedade do voto, escolherá o Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, responsáveis pelos nossos destinos nos próximos quatro anos.

A responsabilidade de cada cidadão é enorme: deve escolher com consciência, acertadamente, para não arrependê-lo depois. Os eleitos há quatro anos, salvo ilustres exceções, não honraram os seus mandatos: ao invés de corresponderem à confiança de seus eleitores, traíram-nos. Marcas da atuação dessa choldra: mensalão, caixa-dois, corrupção, superfaturamento, sanguessugas... E com a desfaçatez característica dos maus políticos, beneficiados ainda pela benevolência da legislação e complacência (cumplicidade?) dos julgadores, adentram nossos lares

pedindo o voto que não fizeram por merecer.

QUEM TRAIU O POVO BRASILEIRO NÃO MERECE REELEIÇÃO, E SIM PRISÃO! Levemos esta mensagem aos nossos familiares, aos nossos amigos e às comunidades onde trabalhamos.* Afinal, como afirmou o desencantado senador, tão acético quanto o político que desonrou seu mandato, é o eleitor que torna a votar nele.

Quaisquer que sejam os eleitos, a APROFEM honrará seu compromisso de continuar lutando para preservar as conquistas dos servidores municipais, quando ameaçadas por medidas tomadas em nível federal, estadual e, principalmente, municipal.

(*) Sugestão: utilizar a matéria *Educação: o discurso e a prática!* (pág. 3) para discussão junto aos demais servidores e à população. Reprodução autorizada.

Jubileu de Prata

APROFEM: 25 anos de trabalho e compromisso com o Servidor Público Municipal!

Há vinte e cinco anos, mais precisamente em 28 de outubro de 1981, era fundada a APROFEM - Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, então APROMUL - Associação dos Professores Municipais da Zona Leste.

Em pouco tempo de funcionamento, mercê do empenho, da capacidade e da concepção de líder sindical de seus fundadores, a sala de reuniões da recém-criada entidade tornou-se pequena para acolher novos filiados que, como os primeiros, vieram cerrar fileiras em torno de valores e princípios que germinavam na jovem associação e dos quais também comungavam. A cronologia da organização da entidade bem evidencia o denodo de seus fundadores e daqueles que estiveram a sua testa: outubro de 1986 - mudança de denominação para Associação dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo (APROFEM); novembro de 1988 - primeira entidade a transformar-se em Sindicato - Sindicato dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo (manteve a sigla APROFEM, por ser bem conhecida); maio de 1994 - obtenção do Registro Sindical no Ministério do Trabalho.

Criada com uma visão de integração e união entre as diversas Classes e Quadros de Servidores, desde sua fundação a APROFEM procurou compatibilizar a luta pela defesa intransigente das conquistas dos Servidores com a prestação de serviços aos filiados (capacitação, cursos, atendimento, orientações, palestras, visitas de equipes aos locais de trabalho, publicações etc., ...). Foi muito

criticada por isso, mas o tempo encarregou-se de mostrar o acerto da opção feita: hoje, a APROFEM é reconhecida pela prática de um sindicalismo moderno e maduro, sendo salutarmente imitada por outras entidades. Ao longo de 25 anos de existência, a APROFEM logrou colocar à disposição de seus filiados, não só um amplo leque de serviços próprios e conveniados, como adquirir e gerenciar três colônias de férias (Peruibe, Praia Grande e São Roque).

O atendimento dispensado pela APROFEM aos seus filiados através de garantida equipe de profissionais, a cronologia de sua evolução e os princípios de *independência e apartidarismo* a nortear-lhe a atuação - a APROFEM não é filiada a qualquer Central Sindical e acolhe os filiados sem qualquer patrulhamento político-ideológico - têm atraído a atenção de inúmeros Servidores Municipais que ainda desconheciam o trabalho da entidade.

O impressionante crescimento da APROFEM - hoje somos trinta e cinco mil filiados! - é fruto de todo esse trabalho, o qual, exatamente por ter essas características, tem atraído um número cada vez maior de filiados ao longo desses 25 anos de existência. E nisto, consiste nosso permanente desafio!

No ano em que a APROFEM completa seu Jubileu de Prata, a Diretoria da entidade, atendendo a inúmeras sugestões oriundas do Quadro de Filiados que constitui o seu grande orgulho, tem a satisfação de anunciar, ainda para este ano, a realização de espetaculares promoções! Aguarde e participe!

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2006

A APROFEM participou das mobilizações e demais eventos realizados até aqui (*ver pauta da Reunião de Representantes - pág. 3*). Reitera sua posição de questionamento em relação à política de gratificações que o Governo Municipal propõe, por ser excludente, discriminatória e, por decorrência, desagregadora. Exige a re-

composição salarial do conjunto dos servidores (ativos e aposentados), através da revalorização das Tabelas de Vencimentos.

Ressalta que esse tratamento isonômico deve atingir o conjunto do funcionalismo municipal: daí a importância da retomada da Pauta Única de Reivindicações.

Nova Proposta para a Educação

No fechamento desta edição (dia 21/9), a APROFEM e demais Entidades Representativas da Educação foram chamadas pelo Governo Municipal para a apresentação de uma nova proposta de Gratificações destinadas exclusivamente aos Profissionais de Educação, cujos pontos principais são apresentados nessa matéria.

A Proposta deverá ser enviada à Câmara Municipal, onde a APROFEM defenderá seu aperfeiçoamento, principalmente face aos pontos inaceitáveis nela contidos e aqui relacionados. Atuará também para que seja discutida nas mesas do SINP a Pauta Unificada de Reivindicações.

Obs.: O resultado da discussão com as Entidades, eventuais avanços e alterações na Proposta Original aqui abordada, Propostas para os demais Quadros de Servidores Municipais ainda não reveladas e os próximos passos da sua tramitação e da eventual mobilização dos servidores por parte das Entidades serão disponibilizados no site www.aprofem.com.br.

Pontos inaceitáveis

- 1- Exclui os professores aposentados e os professores readaptados, com salário-base superior aos pisos propostos.
- 2- Não trata do Quadro de Apoio à Educação, que permanece inexplicavelmente discriminado.
- 3- Exclui os STEs e demais Profissionais fora das Unidades de Lotação, ainda que em exercício na SME.
- 4- Propõe uma Gratificação de Atividade Educativa para os PDIs não isonômica (menor) com a Gratificação proposta para os demais professores. Para ADIs no exercício das mesmas funções, o valor proposto ainda é a metade do proposto para os PDIs.
- 5- Ao prever que as gratificações serão devidas até a "reestruturação da carreira do Magistério Municipal", compromete qualquer outro encaminhamento visando um Plano de Revalorização Salarial consistente.
- 6- Prevê a não-incidência de atualização monetária sobre os valores de meses anteriores, caso seus efeitos sejam retroativos.

Continua na página página 2

Faça as Contas

O Diário Oficial do dia 29 de agosto passado anunciou que a Prefeitura gastou com despesas de pessoal, no quadrimestre março a junho/2006, apenas 34,53% de suas receitas (o que, em princípio, ensejaria a concessão do "gatilho quadrimestral", repondo a inflação do período). A legislação salarial atual prevê um limite de comprometimento de receitas de 40%. Ou seja: a Prefeitura não nos pagou R\$ 264.855.000 (quase 265 milhões de reais!), cabíveis ainda dentro da retrógrada legislação vigente.

Se alterada a legislação, estendendo o

limite de comprometimento de receita aos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, encontraríamos uma "sobra" possível de ser aplicada em salários naquele quadrimestre, de cerca de R\$ 1.200.000.000 (1,2 bilhões de reais).

IRONIA DAS IRONIAS: O Governo Municipal recusou-se a conceder-nos uma reposição salarial justa, alegando não dispor de recursos. E mais: sequer concedeu o esperado reajuste quadrimestral, uma vez que o índice oficial apontou deflação (inflação negativa) no período! ONDE FOI PARAR O NOSSO DINHEIRO?

HOMENAGEM

15 de outubro - Dia do Professor
28 de outubro - Dia do Funcionário Público

Mercê da insensibilidade dos nossos governantes, pouco ou nada há para se comemorar. Ainda assim, a APROFEM homenageia os valorosos servidores municipais pelos relevantes serviços prestados à população. Resta a nossa esperança e compromisso de luta para reverter esse descaso.

LEIA

Discussão de temas importantes, abordados por profissionais renomados. Págs. 4, 5 e 6



CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2006

Proposta original apresentada no dia 21 de setembro para o Quadro dos Profissionais da Educação:

I - Gratificação de Regência (Mensal – Valores do Anexo I)

Atinge: Professores Titulares; Professores Adjuntos quando assumirem regência por períodos consecutivos iguais ou superiores a 30 dias; POSL; POIE; Professores em regência nas SAPs, SAAls, e nos CIEJAs.

Exclui: Professores Readaptados.

ANEXO I		
JB (Jornada Básica)	JEA (Jornada Esp. Ampliada)	JEI (Jornada Esp. Integral)
Cat. 1 R\$ 125,00	Cat. 1 R\$ 187,50	Cat. 1 R\$ 250,00
Cat. 2 R\$ 175,00	Cat. 2 R\$ 262,50	Cat. 2 R\$ 350,00
Cat. 3 R\$ 225,00	Cat. 3 R\$ 337,50	Cat. 3 R\$ 450,00

II - Gratificação de Apoio Educacional (Mensal – Valores do Anexo II abaixo)

Destinada exclusivamente aos professores no efetivo exercício da função de Auxiliar de Direção.

III - Gratificação de Atividade Educativa (Mensal – Valores do Anexo II abaixo)

Destinada exclusivamente aos PDIs (Professores de Desenvolvimento Infantil), em efetivo exercício nos CEIs da rede direta, CCLs e CIPCs (inclusive das Autarquias), desempenhando atividades do cargo por períodos iguais ou superiores a 30 dias.

ANEXO II	
Cat. 1	R\$ 187,50
Cat. 2	R\$ 262,50
Cat. 3	R\$ 337,50

Obs.: Para os ADIs nas mesmas condições acima, o valor único proposto é R\$ 93,75.

IV - GRATIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO EDUCACIONAL (MENSAL)

Destinada exclusivamente aos professores responsáveis pela coordenação geral, assistência à coordenação geral e pelos aspectos pedagógicos e educacionais nos CIEJAs.

Valor proposto: R\$ 400

V - GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PARA ESPECIALISTAS (MENSAL)

Destinada aos Diretores de Escola, Supervisores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Assistentes de Diretor efetivos ou designados, em exercício das atribuições próprias do cargo nas Unidades de Lotação.

EXCLUSÃO: Especialistas fora das Unidades de Lotação e STEs.

Valor proposto: R\$ 600

Obs.: Para o Diretor de Equipamento Social dos CEIs da rede direta, nas mesmas condições acima, o valor proposto é R\$ 337,50.

VI - ABONO COMPLEMENTAR (MENSAL)

Destinado aos Profissionais beneficiados pelas Gratificações anteriores, cuja soma do salário-base (padrão) com a gratificação percebida não atinja os pisos do ANEXO III.

É estendido aos **professores aposentados** em cargos das Classes I e II da carreira do Magistério Municipal, proporcionalmente aos proventos recebidos. Inclui ainda Professores Adjuntos e Titulares Eventuais/Volantes e Professores Readaptados.

O valor do Abono Complementar proposto equivale à diferença necessária para que o servidor perceba os "pisos" abaixo propostos:

ANEXO III		
JB (Jornada Básica)	JEA (Jornada Esp. Ampliada)	JEI (Jornada Esp. Integral)
Cat. 1 R\$ 700,00	Cat. 1 R\$ 1.050	Cat. 1 R\$ 1.400
Cat. 2 R\$ 800,00	Cat. 2 R\$ 1.200	Cat. 2 R\$ 1.600
Cat. 3 R\$ 950,00	Cat. 3 R\$ 1.425	Cat. 3 R\$ 1.800

VIII - GRATIFICAÇÃO POR DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (GDE)

2ª parcela de R\$ 831 (valor máximo), em dezembro, para os Profissionais da ativa em exercício nas Unidades Educacionais, Regionais e Centrais da SME (inclusive Quadro de Apoio à Educação).

Exclui: servidores aposentados e pensionistas.

CANTINHO DO PORTUGUÊS I

"Todos nós viemos do inferno;
alguns ainda estão quentes de lá".

Guimarães Rosa, escritor brasileiro.

A campanha eleitoral de conhecido candidato na televisão tem mostrado a grafia da Avenida Jacu-Pêssego de forma incorreta; o "u" vem com acento agudo = Jacú-Pêssego.

De acordo com a regra, não se acentuam as palavras oxítonas terminadas em **i, is, u, us,**

precedidas de consoantes. Exemplo: Itu, Cafu, Pacaembu, gibi, guri.

Entretanto, quando o **i, is, u, us** vierem precedidos de outra vogal formando hiato, são acentuadas. Exemplo: Itaú, Jaú, baús, Tatuf, Jundiá.

Martha Catalunha – E-mail: mcatalunha@yahoo.com.br

CANTINHO DO PORTUGUÊS II

Boato

Em tempo de campanha salarial e eleições, o que não falta é *boato*.

De origem latina, este termo possui o seguinte registro no Aurélio: "[Do lat. *boatu*, 'mugido ou berro de boi'.] *S.m.* Notícia anônima que corre publicamente sem confirmação; atoarda, balela, faloço, ruído, rumor, voz, zungum, zungunzum."¹

Enquanto informação passada de um ser humano para outro, o boato, é tão antigo quanto os homens da cavema. Antecedendo a escrita, existe desde a época em que a comunicação humana centrava-se na oralidade. A fala, por ser algo intrínseco ao ser humano, fez com que o boato, ao longo do tempo, resistisse ao surgimento dos mais diferentes e sofisticados meios de comunicação e permanesse instalada, enquanto fenômeno social, nos mais diferentes agrupamentos humanos, até nossos dias. É principalmente através da fala que muitas pessoas têm o hábito de adicionar ou retirar "algo mais" às informações recebidas, ou mesmo modificá-las, ainda que estas sejam falsas. Isto fez com que o boato adquirisse a conotação de informação sem fundamento e mal intencionada, já que as pessoas assim vão passando a informação recebida uma para as outras, tal qual acontece com os bois mugindo num rebanho, cada um a seu modo. Em outras palavras, caberia aqui o provérbio: *Quem conta um conto aumenta um ponto!*

Diz, porém, outro dito popular que *todo*

boato tem um fundo de verdade. Portanto, diante de "falaram", "ouvi dizer", "disseram", ... todo o cuidado é pouco: embora os provérbios sejam frutos da observação e sabedoria popular, *cautelado e caldo de galinha não fazem mal a ninguém!* Por isso, cuidado com os boatos. Aliás, segundo Kapferer, o boato quando divulgado pela mídia, adquire "status" de informação; o boato é a "ferramenta especializada das fontes e circula em todas as áreas de interesse jornalístico, em especial na política, nos negócios e no mundo das estrelas... [Kapferer] garante, também, que as próprias redações e os jornalistas escondem esquemas nunca revelados para captar boatos em nichos situados nos vários centros de poder".² Apenas para ilustrar: alguns anos atrás, era comum, o mercado financeiro principalmente, ser sacudido, todas as quintas-feiras, por notícias divulgadas por uma "(des) conhecida central de boatos em Brasília".

Agora, a verdade: apresentada a pauta comum de reivindicações das entidades representativas dos servidores públicos ao Governo Municipal, este *não tuguio, nem mugiu!*

1 - Aurélio BUARQUE de HOLANDA FERREIRA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975.
2 - Jean-Noël KAPFERER. *Boatos: o meio de comunicação mais velho do mundo*. Portugal: Publicações Europa-América, 1987, p.13-28.

Prof. Arnaldo Ribeiro dos Santos

AGENDA DE CURSOS

OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2006

Aprender e jogar – uma possível combinação (CURSO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 07/10/06

A arte de contar histórias (CURSO)
Dias: APROFEM – manhã – 07/10/06
CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 21/10/06

A arte de escrever bem: planejamento, textualização e revisão textual (CURSO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 21/10/06

Recursos para a modificação cognitiva e modelagem comportamental (SEMINÁRIO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 21/10/06

Letramento para o ensino fundamental (CURSO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 28/10/06

Avaliação mediadora: reflexão sobre a criança (SEMINÁRIO)
Dias: APROFEM – manhã – 28/10/06
CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 04/11/06

Matemática no cotidiano (ensino fundamental) (CURSO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 04/11/06

O tempo e espaço na educação infantil no contexto das escolas públicas (CURSO)
Dias: APROFEM – manhã – 04/11/06
CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 18/11/06

O trabalho coletivo e o Projeto Político Pedagógico (CURSO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 11/08/06

Bonecos de mamulengo (CURSO)
Dias: APROFEM – manhã – 11/11/06
CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 11/11/06

Implicações das questões de alfabetização no contexto social (SEMINÁRIO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 18/11/06

Educação infantil deve alfabetizar? (CURSO)
Dias: APROFEM – manhã – 18/11/06
CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 25/11/06

A ética e a cidadania na formação do educando (SEMINÁRIO)
Dias: CLARETIANO – manhã e/ou tarde – 25/11/06

Os cursos serão realizados aos sábados nos seguintes locais:

Sede de APROFEM: Praça da Sé, 371 – 10º andar

CLARETIANO: Rua Martim Francisco, 656 (referência: metrô Santa Cecília)

Horários: manhã – das 8 h às 12 h -- tarde – das 13 h às 17 h

Inscrições e informações na ABITEP, fone/fax: (11) 3159-1887 com Sandra ou Regina, ou, no site da APROFEM, clicando em Agenda de Cursos em parceria com ABITEP.



BALANCETE 2º TRIMESTRE DE 2006

Saldo do Período Anterior	R\$	625.108,95
Receitas	R\$	1.032.742,76
Despesas	R\$	912.775,09
Saldo para o Próximo Trimestre	R\$	745.076,62



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO
SEDE PRÓPRIA: PRAÇA DA SÉ, 371, 10º ANDAR - CEP 01001-901 - SÃO PAULO
TELEFONE/FAX: 3292-5500 (SISTEMA SEQUENCIAL) - HOME PAGE: www.aprofem.com.br

Jornal APROFEM é uma publicação bimestral da APROFEM, dirigida aos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro - MTb 12.359
OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

EXPEDIENTE

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR
Produção Gráfica: J. T. Ribeiro Tiragem: 65.000 exemplares

Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR VICE-PRESIDENTE - MARGARIDA PRADO GENOFFRE
TESOUREIRO GERAL - YOSHIMI TAKIUCHI SECRETÁRIO GERAL - ELIANA DE GODOY SECULIN
1º TESOUREIRO - REGINA DRUKIER WAINTROB 1º SECRETÁRIO - ANTONIO BRAGA
2º TESOUREIRO - REGINA CLEMENTINA PAGLIONE 2º SECRETÁRIO - ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS

CONSELHO FISCAL

LEILA MARTINEZ SOUTO BENILDE SILVA JOSÉ FLÁVIO PINTO
ELAINE BARRIONUEVO BELMONTE KIM MARCIA MELLO CAMARGO MOACYR NERY PALHARES

DEPARTAMENTOS

I - Especialistas
ANA LUCIA BOUCAULT PIVARI CLEONICE MORAES GIORDANO
JOSEFINA DE ASSUNÇÃO CARMASSI MIGUEL SILVIA GOUVEIA OLIVEIRA

II - Docentes

BERISVALDO GONÇALVES FERREIRA EUGENIO GILES NETTO
JOSÉ GHIOTTO NETO WALDIR SOALHEIRO SEGURA

III - Apoio à Educação (Administrativos e Operacionais)

JOÃO LOPES DE MACEDO MARCIA NUNES TORRES MONIKA GIZELA PILLAT
PAULO SOARES DA ROCHA ROGÉRIO ALVES DIAS

Educação: o discurso e a prática!

Estamos em setembro. Iniciada em março, a campanha salarial dos servidores públicos municipais, com data-base em maio, parece não ter fim! A desconsideração do governo às reivindicações dos servidores, já entendendo-a como uma afronta e total desprezo à categoria. É certo que alguns fatos políticos e respectivos desdobramentos têm contribuído para dificultar o processo de negociação salarial, como a mudança de Secretários e de Prefeito, na atual gestão, e a trama política em torno das próximas eleições. Contudo, em hipótese alguma, estes ou outros fatos constituem óbices ao cumprimento da lei, ao fluir das negociações e ao respeito a que os servidores públicos municipais fazem jus.

O tratamento dispensado pelo governo municipal aos servidores públicos municipais, nesta campanha salarial, longe está de ser considerado razoável. O habitual movimento de apresentação de propostas e contra-propostas pelas partes envolvidas na negociação, onde um cede aqui outro acolá, até agora não ocorreu.

Para o governo, esta via não tem mão dupla: dos cinco itens constantes da pauta comum de reivindicações das entidades representativas dos servidores públicos, nenhum foi atendido pelo governo! Concessão de gratificações é a palavra de ordem, é a sua política. Até o momento, o Senhor Prefeito sequer dignou-se receber uma comissão de representantes das entidades sindicais do funcionalismo público, nem mesmo para se livrar de um posterior "eu não sabia de nada"! Ressalte-se que mais recentemente, ancorado num decreto que aponta uma deflação de - (menos) 0,38%, o governo manteve sua posição de conceder gratificações, contrapondo-se à pauta de reivindicação das entidades representativas dos servidores que exige aumento salarial!¹

Paralelamente à campanha salarial em curso, dois temas, também importantes, constam da agenda Educação e que não se resolvem com discursos: a implantação do Ensino Fundamental de nove anos e a redução de turnos nas escolas municipais.² Quanto à implantação do Ensino Fundamental de nove anos, além de respostas que ainda devem ser dadas a várias questões polêmicas relacionadas a este "novo" Ensino Fundamental, preocupa-nos, sobretudo, se a SME efetivamente atenderá todas as implicações de ordem administrativa decorrente desta implantação.³ Por sua vez, o processo de redução de turnos nas escolas municipais, já desencadeado pela SME em conjunto com a SEE,

exigirá dos Profissionais da Educação e da população em geral um criterioso acompanhamento com o objetivo de verificar se, efetivamente, mantiveram-se assegurados: melhores condições de trabalho para os Professores e demais Profissionais da Educação; diminuição da média do número de alunos por classe; respeito à carreira e jornada dos professores e promover, em tempo hábil, concurso de remoção para os Agentes Escolares. Tudo isso visando à melhoria das condições de trabalho e do resultado na ação educativa, sem comprometer a acomodação da demanda. Vale alertar que pouco ou nada se conseguirá com a implantação de tais medidas, se não houver respeito à autonomia das Unidades Escolares, respaldada pelos respectivos Conselhos de Escola, e efetiva valorização dos Profissionais da Educação.

Entre o discurso e a prática em Educação, ou seja, entre o que se promete fazer à Educação e o que efetivamente é realizado, há uma enorme distância. A julgar pelo movimento que diversos setores da sociedade fazem hoje em torno da Educação, parece-nos que ela, a Educação, é "a bola da vez". Por isso, o que mais precisamos, neste momento – seja da parte do governo, seja da parte dos setores da sociedade que ora se voltam para refletir sobre a Educação – é de respeito, de transparência nas ações e atendimento às demandas encaminhadas pelos Profissionais da Educação e/ou por suas entidades representativas.

Neste cenário, cabe à mídia importante papel, principalmente se considerarmos os meios de comunicação de massa como *formadores de opinião*. Apenas para ilustrar, vejamos o comportamento de alguns setores da mídia, relativamente à campanha salarial dos servidores públicos municipais.

Alguns meios de comunicação de massa, mandando às favas sua condição de *formadores de opinião*, "para o bem ou para o mal", têm divulgado "aumento para os professores", como se não houvesse diferença entre *gratificação, aumento e reajuste salarial*. Estes mesmos meios, no entanto, não têm divulgado, comentado e muito menos enfatizado as injustas e mirabolantes diferenças existentes na proposta de *gratificação* do governo aos servidores. Fingindo desconhecer que o "diabo mora nos detalhes", "filtram" importantes informações contidas na proposta do governo, como: diferenciação entre professores regentes e professores ocupantes de outras funções ou readaptados e entre profissionais da Educação e profissionais de outros

Quadros; concessão de um prócio abono anual aos aposentados e pensionistas; nenhuma concessão aos integrantes do Quadro de Apoio à Educação e aos profissionais que prestam Serviços Técnicos Educacionais nos órgãos centrais e regionais da SME etc.! Uma vez "filtradas" as notícias, repetem-nas à exaustão para que produzam seu efeito "narcotizante" ao público receptor. Traduzindo: para a opinião pública, *gratificação salarial* via sinônimo de *aumento salarial*! Aliás, para quem busca veicular notícias nos meios de comunicação, principalmente na TV, esta "filragem" já começa no preço estipulado para inserção de matéria ou, simplesmente, na alegação de "impossibilidade" de sua edição.

As eleições estão aí. Dá gosto ver como nossos políticos valorizam a Educação!... É Deus no céu e os Profissionais da Educação na Terra!... Vêem-nos como a luz no fim do túnel... O último trunfo!... Ora, sabemos de nossos limites, da realidade que nos cerca e que o processo educativo não é de competência exclusiva da escola. Vamos aproveitar o momento e "dar um adeus", um "game over" àqueles políticos que se utilizam ou se utilizaram da Educação apenas para se eleger, para se locupletar às custas do erário público e que, à semelhança do valérioduto, têm os próprios *dutos* abastecidos com verbas desviadas de sua destinação nobre e original. E atenção: há *mensalheiros, sanguessugas, quadrilheiros* e os que "saíram pela tangente" tentando a reeleição! (Na dúvida, consulte: www.transparenciabrasil.org.br).

As edições filtradas e narcotizantes da mídia, nossa leitura crítica! Aos maus governantes e oportunistas, nosso repúdio! À comunidade de cada Unidade Escolar, informação e esclarecimento!

1 - Conforme o Decreto nº 47.625, de 28/08/2006, o IPC-FIPE de -0,38%, acumulado no quadrimestre março a junho, resulta da soma: março (0,14%), abril (0,01%), maio (-0,22%) e junho (-0,31%) de 2006. In DOC de 29/08/2006.

2 - A APROFEM, nos termos da Portaria Conjunta CME/CEE nº 04, de 17/08/2006, DOC de 19/08/2006, p.15, tem participado de reuniões com vistas à elaboração de estudos referentes ao Ensino Fundamental de 9 anos, à Educação Infantil e à Formação de Profissionais em Educação.

3 - Ver mais em: "Agora o Brasil já tem 9 anos obrigatórios no Ensino Fundamental - O que nos cabe nesta discussão?", artigo de Sílvia Gonçalves OLIVEIRA. In JORNAL APROFEM, Edição nº 130, Jul-Ago/2006, p. 8.

N.R. - Esta matéria foi enviada para as redações dos principais órgãos da mídia escrita, falada e televisada, além de jornais de bairro cadastrados pela Entidade.

Reunião de Representantes Sindicais da APROFEM

No dia 29 de agosto passado, foi realizada mais uma *Reunião de Representantes Sindicais da APROFEM* que contou com o expressivo número de **2.500 participantes**. Na ocasião, para facilitar a divulgação, na própria Unidade, dos assuntos então tratados, cada representante recebeu uma pauta contendo sucinta explicação para cada item.

Neste mesmo dia, à tarde, presente a mais uma reunião da **Mesa Setorial da Educação**, a APROFEM fez os seguintes encaminhamentos à Coordenação da Mesa, prerrogativa da Administração:

✓ Concurso de Remoção – Quadro de Apoio/Agentes Escolares

O Coordenador informou que até o final do ano deverá ser realizado este concurso.

✓ Exercício de fato – Professor de Desenvolvimento Infantil (PDIs)

A partir de setembro, tal situação não deverá ocorrer, visto que SME procederá a novas chamadas de concursados(as).

✓ Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI)

Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI)

Em razão de encaminhamentos feitos por profissionais da Educação em exercício nos CEFAIs, a APROFEM – fundamentada principalmente nos artigos 5º e 6º do Decreto nº 45.415, de 18/10/2004, e nos artigos 7º e 8º da Portaria nº 5.718, de 17/12/2002 – apresentou ao Coordenador da Mesa Setorial as "implicações financeiras" do *acompanhamento pedagógico itinerante à Comunidade Educativa*. Considerando as especificidades de trabalho dos profissionais deste setor, no tocante a despesas de locomoção, o Coordenador comprometeu-se estudar a questão.

✓ Além de desrespeitosa, opinião de jornalista sobre o trabalho de professores nas escolas municipais demonstra insensibilidade e falta de conhecimento.

Tendo em vista o teor do artigo "Burrice mata", onde o jornalista Gilberto Dimenstein divulga que estudantes de faculdade particular de medicina ensinarão os professores da Rede Municipal de Ensino a identificar doenças em alunos, a APROFEM cobrou posicionamento da SME a respeito.

PAUTA DA REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE AGOSTO

✓ Campanha Salarial Unificada 2006

✓ ATO UNIFICADO DO DIA 22 DE AGOSTO

✓ Posição do Governo

- Nenhuma proposta ou avanço em relação à Pauta Unificada;
- Manutenção da proposta unilateral da Política de Gratificações;
- Registro dos seguintes avanços em relação aos servidores da Educação:
 - Equiparação da GDE dos servidores dos CEIs à dos servidores das demais escolas (atendendo questionamento da APROFEM, que não admitiu o tratamento desigual, discriminatório e contraditório);
 - Proporcionalização da Gratificação de Regência pelas jornadas de opção, minimizando a ocorrência de achatamento salarial;
 - Extensão do Abono Complementar aos professores aposentados e pensionistas que recebem salários inferiores aos pisos que venham a ser fixados.

✓ Política de Gratificações Proposta pelo Governo Municipal para a Educação:

- I- GDE: 2ª parcela de R\$ 800 (valor máximo), em dezembro, para os Profissionais da ativa em exercício nas Unidades Educacionais, Regionais e Centrais da SME.
 - Exclui: servidores aposentados e pensionistas.**
- II- GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA (Mensal)
 - Para os professores em regência (Titulares, Adjuntos e PDIs), enquanto permanecerem em efetivo exercício. Diferenciada e proporcionalizada para os professores Cat. 1, Cat. 2 e Cat. 3 e para as Jornadas Básicas, Ampliada e Integral.
 - Exclui:** Professores readaptados; Professores Adjuntos e PDIs, na condição de eventualidade ou volante, respectivamente; Auxiliares de Direção (não mencionados no projeto) e Quadro de Apoio à Educação. A Gratificação será devida ao Professor Adjunto, quando assumir regência por períodos consecutivos iguais ou superiores a 30 dias.
- III- ABONO COMPLEMENTAR (AC) (mensal)
 - Devido aos professores (inclusive os aposentados), em montante necessário para se atingir os "limites fixados - LF (pisos)" na lei (no caso dos professores da ativa, o cálculo será feito após juntar-se Padrão de Vencimentos (PV) mais Gratificação de Regência (GR) de cada um).
 - $A C = L F - (P V + G R)$

Exclui: Quadro de Apoio à Educação.

Inclui: Professores Adjuntos e Titulares (Eventuais/Volantes, Readaptados, Aposentados, Auxiliares de Direção etc.)

- IV- GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PARA ESPECIALISTAS (mensal)
 - No valor de R\$ 600, enquanto permanecerem em efetivo exercício, para Supervisores, Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Assistentes de Diretor, efetivos ou designados. Para o Diretor de Equipamento Social (não transformado), o valor é de R\$ 300.
 - Exclui:** Especialistas fora das Unidades de Lotação e STS.

✓ Posição da APROFEM

- Mantém seu repúdio à Política de Gratificações;
- Se enviado(o)s Projeto(s) de Lei para o Legislativo, por decisão unilateral do Governo Municipal e por ser sua prerrogativa, a Entidade:
 - Intensificará sua pressão junto aos Vereadores para que os recursos previstos no pagamento de gratificações sejam aplicados na recomposição das Tabelas de Vencimentos, beneficiando todos os servidores ativos e aposentados e incorporando-se aos seus salários;
 - Lutará para que qualquer benefício seja retroativo ao mês de maio, pelo menos;
 - Não admitirá retrocesso em benefícios já existentes, a exemplo da GDE;

- Se mantida a proposta do Governo, procurará assegurar – através dos Vereadores – sua extensão aos Profissionais excluídos, dentro de cada modalidade. Também reiterará a necessidade de criar-se uma Gratificação Mensal, com valores a serem discutidos, para os Profissionais do Quadro de Apoio à Educação, **ou rigorosamente esquecidos e desvalorizados.**
- Tratamento idêntico merecerá as Propostas de Gratificações destinadas aos Servidores de Outros Quadros Municipais.
- Mantém sua disposição pela atuação unificada do Fórum de Entidades Sindicais.

✓ CEIs – Centros de Educação Infantil

- ✓ Reiteração das Reivindicações Específicas: Férias Unificadas, Recesso de Inverno, Horário Coletivo e Individual assegurado para atividades diversas, a exemplo das horas – atividade (JB/JEA) e adicionais (JEI).
- ✓ Desmistificação – Terceirização/Privatização da Educação Infantil: O PL que trata da concessão da gestão de equipamentos municipais pelas O.S.s traz um artigo que **exclui a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal** da abrangência de seus dispositivos, **não justificando** as (des)informações que circulam pela Rede.

✓ Quadro de Apoio à Educação

- ✓ Rever os critérios de Evolução Funcional
- ✓ Ampliar e suprir os Módulos das UEs, com realização de Concursos Públicos
- ✓ Assegurar alternativas de Atualização/Capacitação
- ✓ Resgatar sua condição de Educadores também no que diz respeito aos Direitos e Benefícios, e não só nos Deveres.

✓ CIPAs

- ✓ Sensibilização nos Cursos da APROFEM
- ✓ Disposição para comparecer às Unidades e fornecer as orientações e modelos de documentos necessários à sua instalação e funcionamento (mediante agendamento).

✓ Palestra: FUNDEF/FUNDEF e Ensino Fundamental de 9 anos

Atendendo sugestões de participantes do IX Congresso da APROFEM, realizado em junho passado.

✓ Redução de Turnos nos EMs

- As escolas que sofreram redução de turnos em 2007 foram relacionadas no DOC de 24/08/2006.
- Concurso de Remoção – inscrições abertas de 28/agosto a 1º de setembro – inscrever-se não tem qualquer consequência, se não houver indicação de Unidades de interesse.
- Na dúvida, inscreva-se! Atenção:** o servidor não pode ser obrigado a inscrever-se para Remoção; em casos especiais, a inscrição ocorre de ofício.
- Turnos de 5 horas, difíceis de serem compatibilizados com as atuais jornadas docentes. **Fiquemos atentos e mobilizados!**

✓ Atuação da APROFEM

- ✓ Atendimento personalizado na sua Sede
 - ✓ Atendimento nas UEs, através das Equipes de Assessoria. Elas devem ser acionadas, preferencialmente, através de contato com o Setor de Equipes (profª Eliana), pelo telefone 3292-5500.
- Em casos excepcionais, ou de emergência, podem ser contactadas via rádio, pelos Representantes Sindicais. Assure-se da relevância e urgência do contato e, se ligar e não for atendido, identifique-se e deixe recado com telefone para contato.

vidência

LDB: 10 anos depois

CARLOS GIANNAZI *

*"Vapor barato, um mero serviço do narcotráfico
Foi encontrado na ruína de uma escola em construção
Aqui tudo parece que é construção e já é ruína..."*
(Caetano Veloso – Fora da Ordem)

Estamos completando 10 anos da promulgação da lei federal 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), momento propício para uma reflexão sobre a situação da escola pública no Brasil, que há muito vem sofrendo com a falta de investimento por parte do poder público.

Embora a lei tenha estabelecido princípios importantes para a educação nacional, como a valorização do profissional da educação escolar, a relação adequada entre o número de alunos e o professor e a garantia do padrão de qualidade, temos visto uma verdadeira contradição entre o texto da lei e a realidade educacional: baixos salários acompanhados sempre de uma política salarial sem reajuste, oferecendo quando muito "gratificações", salas superlotadas prejudicando o trabalho pedagógico dos docentes e, conseqüentemente, uma aprendizagem aquém do que realmente o magistério deseja.

No campo do financiamento da educação, a lei preconiza a proibição da utilização do dinheiro da educação para programas de alimentação ou de qualquer forma de assistência social, devendo este ser investido apenas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Porém muitas administrações, principalmente as da cidade de São Paulo, desrespeitam a lei e incluem nos gastos

da educação compra de leve-leite, tênis, meias, uniformes, programas sociais etc.. O foco dessas ações é sempre no sentido de dar visibilidade e fazer o famoso populismo educacional com as verbas da educação, deixando de lado o investimento na qualidade de ensino e no processo ensino-aprendizagem, razão prioritária da existência da escola. Enquanto isso nossos(as) professores(as) são obrigados(as) a desviar sua função para a distribuição desses programas assistencialistas que deveriam ser oferecidos por outras secretarias e órgãos.

Para nós, que entendemos a educação como uma política de estado e não de partido político, é inconcebível aceitar tanta descontinuidade na política educacional: escola de lata, CEU, "São Paulo é uma escola", ensino de 9 anos, escola integral e tantas outras idéias mirabolantes.

Não há fórmulas mágicas para resolver o problema da educação pública, basta apenas cumprir com seriedade e probidade o que já está escrito na LDB, na Constituição Federal e no Plano Nacional de Educação. Temos que pressionar os governos a fazer a lição de casa dos cadernos da lei: mais verbas para a educação pública, piso salarial nacional para os profissionais da educação, investimento em formação do magistério, fim da superlotação de

salas com construção de novas escolas, gestão democrática etc.

Na conta dos poucos avanços preconizados pela lei máxima da educação na área da exigência de formação em nível superior para o exercício da docência, tive a oportunidade de aprovar em 2001, como vereador da cidade de São Paulo, a lei municipal 13.256/01, de minha autoria, conhecida como PEC municipal, que obrigou a prefeitura a oferecer gratuitamente curso superior para todas as professoras de CEIs, EMELs e EMEFs. Com isso, mais de 3 mil professoras já foram contempladas com o curso. Mesmo assim, estamos pressionando a administração municipal para ampliar o número de vagas e atender as muitas educadoras que precisam ter acesso a esse direito.

A LDB aprovada em 1996, longe de ser a ideal, até porque na época havia um outro projeto de lei muito mais avançado e progressista, construído coletivamente pelo movimento social em defesa da escola pública, ainda está distante de ser cumprida mesmo que parcialmente. Finalizamos dizendo que, no momento, para melhorar a educação pública, não se trata de apresentar novas leis ou programas, mas sim colocar em prática o que já exige a LDB. Isso já seria um passo importante para começarmos a sair da inércia e da crise da educação brasileira.

(* **Carlos Giannazi** é Diretor de Escola Municipal, Mestre em Educação pela USP e Vereador da cidade de São Paulo.

semana passada, três bancos declararem, sem qualquer constrangimento, um lucro semestral de R\$ 3 bilhões cada um deles. Espero poder continuar lutando para impedir a continuidade desse escárnio e ter força suficiente para reverter muitas das perversidades impostas àqueles que já trabalharam uma vida inteira.

Cabe um conselho que Sêneca (4 a.C. – 64 d.C.) dava a Lucílio em longa carta sobre a virtude do pudor, usando uma frase de Epicuro: "Devemos ter sempre diante dos olhos um homem honesto, a quem estimamos e admiramos, e viver e atuar como se ele estivesse nos observando". Não esqueçamos: Sêneca, conselheiro de Nero, foi constrangido pelo imperador a suicidar-se.

Passaram-se 2000 anos, mas parece que manter o pudor continua sendo um suicídio (político); perder a capacidade de corar, um sinal de assunção do "politicamente correto".

(* **José Aristodemo Pinotti** professor emérito da USP e da Unicamp, é Deputado Federal pelo PFL-SP e presidente do IMAE (FMU). Foi secretário da Educação e de Saúde de São Paulo, presidente da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (1986-1992) e reitor da Unicamp (1982-86).

m CESAR CALLEGARI *

síveis, em busca da qualidade

h mais tempo a perder na busca pela qualidade da educação.

que o professor virou seu amigo, pois agora ele conhece sua casa, sua turma. Essas crianças são estimuladas a ser muito mais colaborativas e cooperativas no seu próprio processo educacional. Verificamos inúmeros casos de crianças que eram muito apáticas ou muito irrequietas em sala de aula e passaram a colaborar. De outro lado, as crianças mais ativas, que freqüentemente exercem um papel de liderança na classe, passaram por transformações imediatas não só em suas relações com o professor, mas também com o conjunto da classe. Finalmente – e talvez esse seja o aspecto mais importante – os professores passaram a ter um conjunto de elementos dos quais não dispunham antes, por mais atentos e sensíveis que fossem. Eles passaram a ter elementos da realidade de seus alunos que lhes deram condições de aprender a singularidade de cada um, reconhecendo nessas singularidades todas as possibilidades de desenvolvimento educacional. A agenda da escola também mudou a partir disso. Os horários de trabalho pedagógico e o próprio plano de ação escolar mudaram totalmente. Até as atividades relacionadas à formação continuada de professores passaram a ser impregnadas por um novo tipo de demanda, que não é só a demanda da equipe técnica de uma secretaria de educação, mas um conjunto de propostas derivadas de necessidades que a própria equipe escolar percebeu. De junho de 2005 até hoje foram realizadas cerca de 16.000 visitas na cidade e não houve um só caso relacionado à segurança dos professores. Mesmo em locais onde nem a polícia entra, os professores entraram escotados pelas crianças.

Jornal APROFEM – Em relação à obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio, o Sr. teve alguma dificuldade para que sua proposta fosse aprovada?

Cesar Callegari – Esse assunto foi extremamente polêmico, mesmo dentro da Câmara de Educação Básica do CNE. Está muito longe de ser uma matéria pacífica. Sociologia e Filosofia foram vítimas preferenciais em alguns momentos da história da educação brasileira. O primeiro foi o da época da ditadura militar. O aparelho repressivo imaginava que essas aulas, com seus professores, eram verdadeiros ninhos de comunistas e subversivos. Mais recentemente, de 1995 para cá, em São Paulo principalmente, ocorreu um fortíssimo engastamento da grade curricular do ensino médio. Havia uma concepção, que eu considero totalmente equivocada, de que como não havia possibilidade de fazer tudo razoavelmente bem, a grade curricular deveria concentrar-se no ensino de português e matemática. Esse foi basicamente o pressuposto da política pública desenvolvida pelo governo do Estado de São Paulo nesse período. O resultado dessa política foi a adoção de várias medidas que eliminaram uma quantidade incrível de aulas de história, geografia, filosofia, sociologia, remanescentes de psicologia e até de química, física e biologia. Os resultados podem

ser medidos pelo SAEB, que de 1995 até 2003 mostra uma queda permanente da qualidade da educação paulista. É claro que isso deve ser melhor investigado, mas eu suspeito que o engastamento da grade curricular do ensino médio, com a eliminação de uma enorme quantidade de aulas de disciplinas contextualizantes, levou a um empobrecimento do ensino, inclusive em relação ao aprendizado de português e matemática. No que se refere a sociologia e filosofia, outro argumento favorável é o de que devemos estar preparados para um processo de enriquecimento curricular do ensino médio. A demanda por mais vagas será declinante nos próximos anos, assim como já vem acontecendo no ensino fundamental, o que abre possibilidades reais de investimentos maiores em qualidade. E entre os critérios de melhoria da qualidade está o enriquecimento gradativo dos componentes curriculares oferecidos aos estudantes.

Jornal APROFEM – De maneira geral, e não só no ensino médio, essa seria uma necessidade premente da escola no Brasil?

Cesar Callegari – Eu diria que a necessidade é avançar na qualidade. Essa qualidade deriva de alguns pontos centrais. Primeiro, uma política efetiva de valorização do magistério. Temos que inverter esse sinal – perverso – que é o salário dos profissionais da educação, professores e funcionários. O jovem pergunta: "Que vida eu terei se escolher ser professor?". E quando descobre que hoje o salário médio do professor no Brasil é R\$ 600, ele recebe o seguinte sinal: além daqueles que são vocacionados e que têm paixão pelo magistério, escolherão a carreira de professor apenas os que não encontrarem outra opção no mercado de trabalho. Essa é a realidade brasileira e obviamente temos que invertê-la. Devemos fazer com que, em poucos anos, um jovem estudante que goste de biologia considere ser professor de biologia com a mesma intensidade que considere ser médico, por exemplo. Ser professor tem que ser uma opção viável para o seu projeto de vida. Precisamos de políticas muito mais corajosas de valorização do professor, não apenas no ponto de vista salarial, mas também de suas condições de trabalho e de desenvolvimento profissional permanente. O mercado profissional para educadores vai se ampliar vertiginosamente no País nos próximos anos e isso é bom. Com a adoção do FUNDEB – a nova sistemática de financiamento da educação básica –, os sistemas de ensino, particularmente os municipais, serão estimulados a ampliar sua rede de escolas de educação infantil e aumentar suas atividades de educação de jovens e adultos. Atualmente apenas 9% das crianças brasileiras de zero a três anos são atendidas em creches. Só na cidade de São Paulo, cerca de 300 mil crianças de zero a cinco anos estão fora da escola de educação infantil. Esse é o principal problema político-educacional dos prefeitos brasileiros. A grande

pressão da opinião pública é pela abertura de creches. A matrícula de uma criança numa creche será condição para que o prefeito obtenha recursos para o seu município através do FUNDEB.

Jornal APROFEM – O que mais a escola brasileira precisa para melhorar sua qualidade?

Cesar Callegari – Um segundo ponto são os investimentos para diminuir fortemente o número de alunos por sala de aula. Isso é essencial e representa uma assistência educacional mais adequada. Com classes de 45, 46 alunos, em séries iniciais do ensino fundamental, não há pedagogia que resista. O excesso de turnos também é anti-pedagógico. Mas não podemos diminuir o número de turnos e eliminar o turno intermediário aumentando o número de alunos por classe. A redução tem que ser para melhorar a qualidade. Esse processo de diminuição é factível não só nas séries iniciais, e se dará através da diminuição da taxa de natalidade e do êxito de algumas políticas de progresso e de correção de fluxo dos alunos pelo ensino fundamental. Com essa diminuição de alunos outras estratégias adequadas, como escolas de tempo integral, passarão a ser possíveis: temos professores, salas de aula e até ociosidade em algumas escolas estaduais. Então, até a complementação do processo educativo do aluno na própria escola passará a ser possível. Um terceiro ponto, que também demanda investimentos, é a questão dos recursos didáticos. O livro didático, uma tecnologia do século XIII, ainda não chegou ao século XXI na maioria das escolas do ensino médio. Agora o governo federal está indo para o terceiro livro. Aplausos porque finalmente isso está começando. Não podemos esperar uma política vagarosa de livro didático para os estudantes do ensino médio. Esse processo tem que ir com muito mais velocidade, associado às tecnologias do século XXI. Por fim, um quarto ponto remete à dimensão da estruturação das escolas e dos sistemas de ensino, o que envolve uma teia de providências, entre elas a de fixação do professor na escola. Escola é equipe escolar. Em escola onde a equipe é volante há fragilidade. Fixar o professor na escola, como forma de organização do sistema de ensino, deve ser meta perseguida pelos gestores. Acredito nesses quatro pontos como a base da revolução educacional, necessária e urgente para a nação.

(* **Cesar Callegari** é sociólogo. Atualmente é membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Foi Secretário Municipal de Educação de Taboão da Serra, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Deputado Estadual por dois mandatos, Diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, Secretário Adjunto da Secretaria Estadual da Cultura, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e Diretor do CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima. É autor de vários trabalhos publicados sobre o financiamento da educação pública.

As políticas públicas como indutoras da escola inclusiva

MARIA CLAUDIA DE ALMEIDA VIANA JUNQUEIRA *

A Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos de duração, determinando o ingresso escolar obrigatório de crianças a partir de seis anos de idade, naquele nível de ensino.

A nova lei responde aos anseios daqueles que acreditam na necessidade da crescente universalização do ensino fundamental como forma de ampliar as possibilidades de construção de uma escola pública inclusiva, cidadã, comprometida com a discussão e reorganização de seus tempos e espaços, com as novas formas de ensinar, aprender e avaliar.

Esse ideal não é novo e aparece, também, na legislação educacional, onde podemos analisar leis e acordos assinados por diferentes governos, demonstrando a necessidade da ampliação do ensino obrigatório.

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, estabeleceu quatro anos de escolaridade obrigatória no Brasil, estendida para seis anos com o Acordo de Punta Del Este e Santiago (1970) e para oito anos com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, por sua vez, já aponta para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade. Essa proposição tornou-se meta da educação nacional, pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação. Ele orienta a implantação do ensino fundamental de nove anos, indica a necessidade de planejamento e de diretrizes norteadoras para o atendimento da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, social e com garantia de qualidade.

A lei que amplia o ensino fundamental para nove anos é recente, contudo, 8.113.819 alunos já frequentam escolas públicas em todo o país, que utilizam esse formato. Dados do Censo 2000 apontam que 81,7% das crianças já estavam na escola aos seis anos de idade, sendo que, destes, 5.226.936 alunos estavam na rede municipal, 2.749.441 na rede estadual, 131.499 na rede particular e 5.943 na rede federal.

A duração mínima de nove anos do ensino fundamental e a matrícula obrigatória aos seis anos de idade não devem alterar a rotina de alunos que já estão no ensino fundamental, a alteração será para os que começa-

rem a cursá-lo, aos seis anos, a partir da adesão dos governos estaduais e municipais que poderá se concretizar até 2010.

ESCOLA INCLUSIVA E AUMENTO DOS ANOS DO ENSINO OBRIGATÓRIO

A formulação de uma nova política se justifica pelas razões que levaram à sua proposição. A constatação de determinados problemas, a necessidade de superá-los e a formulação de política(s) ou plano(s) para sua implementação são os passos que levam à sua proposição e, depois, à sua implementação.

No caso da lei que amplia a escolaridade, de oito para nove anos, os principais argumentos justificando sua necessidade estão relacionados à melhoria do desempenho dos alunos e à inclusão social.

Assim, para refletirmos a respeito da nova política podemos partir da análise do conjunto de transformações, avanços, dificuldades e fracassos no campo da educação e, nesse sentido, os resultados das avaliações nacionais e internacionais, podem ser um dos pontos de partida.

Os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB/2003) apontam para o fato de que as crianças que frequentaram a pré-escola têm uma média maior de pontos em leitura e matemática no quarto ano do ensino fundamental, se comparados às que ingressaram direto na primeira série.

Nós, seres humanos, estamos permanentemente em construção, o mesmo vale para a criança que, nas interações que estabelecem com as pessoas e com o meio que as circunda, revelam seu esforço para compreender o mundo.

É nesta direção que as "Orientações Gerais" do Ministério da Educação a respeito do ensino fundamental de nove anos apontam, ao indicar que a ampliação daquele nível de ensino tem como objetivo assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. Contudo, o documento ressalta que aprender mais depende do aumento do tempo de permanência na escola, associado ao emprego mais eficaz desse tempo.

Além dos benefícios pedagógicos e de inserção social, sua implementação poderá resultar no aumento de recursos destinados ao financiamento do ensino fundamental, permitindo às prefeituras ampliarem a educação infantil, abrindo espaço para mais uma reivindicação da sociedade, a universalização da creche.

Contudo, cabe ressaltar que todos os argumentos em favor da lei, as sugestões para ampliar os estudos em torno dos problemas por ela apontada, ou das formas para sua implantação, só alcançarão sucesso se, como sugere Azanha (1998), as questões levantadas forem assumidas coletivamente. Para ele, um problema nacional ou governamental só existe com uma percepção coletiva, portanto, não basta somente algumas pessoas terem consciência dele, mas, é preciso que existam pressões sociais coletivas para que aquele aspecto da realidade seja considerado problema.

Se levarmos em consideração essa reflexão, os benefícios anunciados pelo aumento dos anos de escolaridade só se tornarão realidade se a consciência a respeito dos problemas apontados e analisados se generalizar e, mais, se a nova lei não levar à improvisações, ou à medidas meramente administrativas.

É preciso que todos, inclusive os indutores das políticas educacionais, assumam o compromisso no sentido de concretizar uma orientação pedagógica que valorize as diferentes dimensões da criança e do adolescente, que garanta um bom programa de formação para os educadores e a possibilidade das escolas construírem projetos pedagógicos com maior flexibilização dos seus tempos, menos cortes e descontinuidades.

AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENEZES, João Gualberto de Carvalho et al. Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras. São Paulo: Pioneira, p. 70, 1998.

(*) Maria Cláudia de A. V. Junqueira, é diretora do Centro do Professorado Paulista, mestranda em educação pela Universidade São Marcos, supervisora de ensino da rede estadual.

CURTAS

CURSOS DA APROFEM I

A APROFEM solicitará em breve a homologação dos Cursos a Distância que pretende oferecer aos seus filiados. Tão logo DOT/SME conceda a homologação, a APROFEM divulgará os procedimentos para inscrição e participação nos mesmos.

Cabe lembrar que a APROFEM foi pioneira na realização dessa modalidade de curso, possuindo vasta experiência reconhecida por profissionais e instituições de nível superior. Com a regulamentação recente, não haverá mais questionamentos quanto à sua validação para fins de Evolução Funcional, por exemplo.

CURSOS DA APROFEM II

A APROFEM ofereceu parceria às Coordenadorias de Educação para oferecer aos Profissionais do Quadro de Apoio à Educação o Curso de Atualização Profissional. Sem qualquer despesa para a Administração, os participantes recebem uma apostila completa e também o respectivo Certificado, num trabalho já reconhecido e elogiado nas Coordenadorias onde foi realizado.

Cabe aos servidores interessados solicitar às chefias que verificarem o interesse da Coordenadoria na parceria com a APROFEM.

VETADA A LEI DOS CEIS

O prefeito Kassab vetou totalmente o pro-

jeto de lei nº 702/05, aprovado pelos vereadores, que objetiva reduzir de 12 para 10 horas diárias o período de funcionamento dos CEIS, destinando 1 hora em cada período para servir de hora - atividade para os PDIs.

As justificativas para o veto foram publicadas no DOC de 02/09/2006, pág. 4.

TODOS PELA EDUCAÇÃO

A APROFEM participou, no dia 06 de setembro passado, do lançamento do compromisso "Todos pela Educação", uma iniciativa de lideranças da sociedade civil, Mec, Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Esse compromisso visa efetivar o direito à educação pública de qualidade para que, em 2022 (ano do bicentenário da Independência do Brasil), todas as crianças tenham acesso a uma educação básica capaz de prepará-las para os desafios do século XXI.

EDUCOM

A SME confirmou que os certificados do Curso EDUCOM já estão cadastrados no sistema EOL/Gerfunc e que os interessados podem acessar o sistema (tela EOL) para tal verificação. Há o registro de desencontros de dados em relação a alguns participantes, prejudicando a emissão dos respectivos certificados.

O envio dos lotes de certificados às Coor-

denadorias dependiam da regularização dos problemas mencionados.

LANÇAMENTO DE LIVRO

O servidor municipal e escritor Jonas de Souza lançou o livro "O Presente é o Futuro", que conta a história da GCM, em evento ocorrido no dia 14 de setembro. Para adquirir o exemplar (dez reais), cujo o lucro será doado para a instituição "Lar Vicentino", basta ligar para 6331-5583 ou 9179-0206. Belo gesto!

CONSCIÊNCIA NEGRA

A Prefeitura regulamentou a Lei nº 14.160/2006, que institui a Semana Cultural da Consciência Negra. Ela será celebrada, anualmente, na semana do dia 20 de novembro (Dia de Zumbi dos Palmares), objetivando elevar e ressaltar a cultura original da população negra e afro-descendente, estimular a cidadania e a solidariedade, bem como fomentar a produção cultural em todas as suas formas e expressões. (Decreto nº 47.604, de 22/08/2006 - DOC 23/08/2006, pág. 1).

SEM TRILHA SONORA

Este é o título do romance lançado pelo nosso colega Miguel Luciano, professor municipal aposentado, filiado à APROFEM, cuja narrativa aborda temas como preconceito, solidão, política, cidadania, num misto de lirismo e

passagens de humor. "Sem Trilha Sonora" é da Editora Novo Século. A APROFEM cumprimenta o autor e recomenda a leitura da obra.

LUTO

Faleceu recentemente, aos 89 anos, o Prof. Sólton Borges dos Reis. Professor e político, o prof. Sólton muito fez pelo ensino público estadual e municipal, ao longo de décadas de atuação incansável.

Foi também presidente do Centro do Professorado Paulista, inspirando inúmeras realizações e tornando aquela prestigiosa Entidade reconhecida e respeitada pelos servidores em geral e, em especial, pelos professores.

DESRESPEITO AO PROFESSOR

A APROFEM recebeu inúmeras manifestações de desgosto e preocupação, de professores inconformados com a abordagem que uma novela da Rede Globo vem dando à relevante temática da inclusão.

A resposta da APROFEM foi a seguinte: "A APROFEM comunga da sua indignação em relação à abordagem dada pela Rede Globo a tema tão delicado, estereotipando o professor num viés equivocado e injusto (mais uma vez!). Ainda que se argumente que a trama poderá reverter esse enfoque, não podemos admiti-lo e apresentaremos à Globo nossa posição, solicitando providências reparadoras".

Eventos da APROFEM

COM DISPENSA DE PONTO AUTORIZADA ATRAVÉS DA PORTARIA SME Nº 202, DE 11/01/2006

Reunião de Representantes Sindicais

Leia com Atenção

Para evitar constrangimentos desnecessários, a APROFEM previne:

- ✓ O credenciamento, na entrada do evento, será rigoroso e não admitirá maiores atrasos.
- ✓ O comprovante hábil para a Dispensa de Ponto do Dia só será entregue após o esgotamento da pauta.

DATA: 24 de outubro de 2006 (terça-feira)

HORÁRIO DE INÍCIO: 8h (manhã) e 13h (tarde) (compareça à tarde, se possível, evitando a superlotação pela manhã)

LOCAL: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa
Rua São Joaquim, 381 - Liberdade
(esquina com a Rua Galvão Bueno) Metrô São Joaquim

PAUTA: Temas de interesse dos servidores municipais, atualizados até o dia da reunião.

Esclarecimentos: Acionar a respectiva Equipe de Assessoria ou o Setor de Atendimento da APROFEM - tel. 3292-5500.

Obs.: Os filiados aposentados interessados em assistir à Reunião serão sempre bem-vindos; apenas reiteramos a solicitação para que dêem preferência para a Reunião da tarde.

Distribuição da Merenda Escolar

A forma atual de distribuição da merenda na Capital é anacrônica: as frutas, legumes, verduras, carnes e sucos começam a chegar do CEAGESP, diariamente às 5 horas da manhã, ao Departamento de Merenda Escolar (zona norte), e são espalhados por uma área de 30.000 m². A partir daí, uma frota de 100 caminhões e 50 peruas carregam os alimentos que irão compor a merenda de cada Unidade Educacional das diversas regiões da cidade – essa operação mobiliza diariamente 400 pessoas e custa 25 milhões de reais anuais para a Prefeitura.

Essa distribuição é custosa e ineficiente: por exemplo, onde se consomem 60 laranjas são entregues dois sacos com 50 frutas cada, gerando desperdício. Além disso, como há um contrato para

cada produto, os 40 servidores encarregados de verificar a qualidade da merenda ficam presos em serviços burocráticos envolvendo esses contratos, desviando-se de sua atividade principal.

No novo modelo concebido (pregão), a empresa vencedora levará os alimentos diretamente às Unidades, nas quantidades certas. Não caberá mais à Prefeitura administrar a operação, constituindo-se numa mudança racionalizadora e que significará uma economia anual de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões.

As empresas atualmente responsáveis pela distribuição entraram com representações junto ao TCM, apontando falhas no Edital, e “melaram” temporariamente o pregão.

O QUE/QUEM ESTÁ POR TRÁS DISSO?

O **Jornal APROFEM** oferece, com o título de Espaço Aberto, uma coluna para que as Escolas e CEIs Municipais de São Paulo e os Profissionais de Educação exponham seus trabalhos de destaque executados dentro e fora da sala de aula. Reservamo-nos, no entanto, dada a programação da editoria, o direito de resumir o teor das matérias.

ESPAÇO ABERTO

Educação

A educação extrapola a sala de aula e a escola, ela é a somatória de estrutura familiar, conhecimentos auferidos no cotidiano e o aprender (adquirir) habilidades para ter competência, e isso se faz mediante o concurso dos docentes e políticas educacionais do governo em todas as esferas.

Prego que a maior preocupação é conscientizar os discentes de sua responsabilidade social, de seu papel como sujeito dos acontecimentos e enfatizo sempre, que o mercado de trabalho estará mais acessível na razão direta do que assimilou em sala de aula e na escola.

A essa tomada de consciência por parte dos discentes, que pauto como Pedagogia Realista, deixando em segundo plano critérios usados tão somente para classificar e selecionar, como provas, notas, trabalhos e outras formas.

Acredito, piamente, que a educação terá mais sentido se conseguirmos preencher este vazio trazido pela maioria dos alunos (auto-estima e afeto) e fazê-los acreditar em seus sonhos e do que são capazes de realizar.

Para conseguir esse objetivo, prego métodos simples e cotidianos, tais como: chamada de presença nominal, ensino teórico visualizando a prática (onde aplicar o que aprendeu), olhar humanizado (respei-

tando todo tipo de diferença e preferência por determinadas disciplinas) e auto-avaliação com critérios de formulação e respostas oriundas do próprio discente.

Conscientizar o discente, fazendo-o entender que “entre passar pela escola e fazer a escola, há uma grande diferença” e que eliminando a figura do paternalismo, valorizando a figura do docente como profissional em todos os sentidos e, principalmente, como degrau em que ele possa se apoiar para galgar degraus acima na escala social e econômica, deve ser a meta desejada.

Esse processo (Pedagogia Realista) terá sucesso mais rápido se houver, por parte governamental (todas as esferas), auxílio substancial nos quesitos: financeiro (evitando o estressante acúmulo – recurso usado para complementar renda), capacitação docente voltada aos discentes, salas de aula com 35 alunos no máximo, escolas funcionando em três períodos e mínimo de cinco (5) horas de aulas para os discentes; a escola deve ganhar credibilidade junto à comunidade mantendo substitutos(as) para os docentes, evitando-se adiamento e perda de aulas.

A escola deve ter preservado o seu caráter educacional, deixando às outras Secretarias atividades como entrega de leite e outras que vierem a ser projetadas.

Práticas Pedagógicas Realistas

Sugestões para um novo enfoque, visando: resgatar a tomada de consciência por parte do educando; aumentar o grau de interesse pela aula; evitar desgaste e conflitos com educandos e comunidade (pais/mães); tornar a aula prazerosa em nível de docentes e discentes.

As sugestões abaixo são frutos de experiência didática, comunitária, partidária e vivência.

1ª) Ganhar, buscar motivação para poder motivar o educando. “Ninguém motiva alguém, se não estiver motivado”.

2ª) Criar um estereótipo pessoal que marque, identifique, de forma positiva, suas aulas e seu relacionamento.

3ª) Trabalhar conteúdos dentro do contexto atual, trabalhar projetos e temas interdisciplinares, planejar de forma a atender o mínimo necessário proposto nos conteúdos, de acordo com a realidade da sala e avançar gradativamente, conforme a assimilação dos conteúdos por parte dos educandos.

4ª) Visar a formar cidadãos do mundo, leitores do mundo, que adquiram consciência e insiram-se como sujeitos da história.

5ª) Analisar passeios, viagens ou atividades extra-sala de aula como forma de justificar faltas, pois a cultura está inserida em tudo e o aprendizado se processa em toda parte (dentro e fora da escola).

6ª) As avaliações devem achar meios e

condições de elevar a auto-estima dos educandos, devem privilegiar o conhecimento global.

7ª) Usar processos em que o educando desenvolva a capacidade de memorizar o que é importante (principal) e essa seja a chave para desencadear os conhecimentos adjacentes.

8ª) Fazer do educando o sujeito e não o objeto da educação.

9ª) Fazer o educando ganhar consciência e sentir a importância de ir à fonte (Professores e Escola) e onde esta sociedade o levará. “A escola é a fonte que sacia a sede de saber do educando”.

10ª) Mudar a estrutura (conceito) do professor(a) paternalista, assistencialista, para uma nova estrutura prestativa, necessária. (Papel relevante do docente na descoberta de novos horizontes por parte dos educandos).

11ª) O maior bem que o docente pode fazer por seus alunos não é oferecer-lhes seus conhecimentos, mas sim levá-los a descobrir os seus.

12ª) Na medida que o acesso à escola está em fase final de conclusão, sugiro que o governo reveja a questão da progressão continuada e conseqüente investimento na qualidade de ensino.

Rogério Gímenes Torentino
é Coordenador Pedagógico no
CEI “Ver. Joaquim Gouvêa Franco Jr.”

PROCURAS & PERMUTAS

Prof. Adjunto Ens. Fund. II, EMEF “Martin Francisco Ribeiro de Andrada” (Coord. Ed. Jaçanã/Tremembé), professora de Português, JEL, horário das 7h00 às 13h20, **deseja permutar** para Escolas da mesma Coordenadoria com horário de 11h00 às 15h00, mais JEL após as 15h00. Contatos: Rosana Scodelário. Tel.: 6975-3681 (das 14h00 às 16h00 ou à noite).

PDI, CEI “Casa Verde” (Coord. Ed. Freguesia do Ó/Brasilândia), período das 7h00 às 13h00, **deseja permutar** para CEI “Jamir Dagir”, rua Sepetiba nº 678, Lapa. Contatos: Joana Ap. Marques de M. Lara. Tel.: 3865-3562.

Agente Escolar, CEI “Penha”, (Coord. Ed. Penha), período das 6h30 às 15h00, **deseja permutar** para CEIs ou EMEFs da região da Penha, Itaquera, São Miguel, Ermelino Matarazzo ou proximidades, no período da manhã.

Contatos: Sergio Belinsk Martins. Tel.: 6943-6891 e 6545-5755.

Agente de Apoio Nível I, EMEI “Sylvio Magalhães Figueiredo”, (Coord. Cidade Ademar), período de segunda-feira a sexta-feira das 14h30 às 23h00, **deseja permutar** para Escolas da mesma Coordenadoria ou outra região de Cidade Ademar, Pedreira ou Santo Amaro, Jabaquara. Contatos: Luiz Claudio Bomfim. Tel.: 5081-4757, 5611-0259 e 8294-6410.

Agente de Apoio – Vigia, EMEI do “Lar Sirio”, (Coord. Ed. Penha), período terça-feira, quarta-feira e quinta-feira das 8h30 às 17h00; sábado e domingo das 06h00 às 14h30; folga segunda-feira e sexta-feira, **deseja permutar** para EMEI da Zona Leste, horário noturno das 22h00 às 06h30, ou para EMEF em último caso. Contatos: Alfredo T. de Albuquerque Neto. Tel.: 6197-3651.

Com orgulho, sou um Professor (Funcionário Público)...

“O conhecimento, sem afeto, torna-se frio e insensível para a mente humana. O professor produz a fusão perfeita dessas duas forças: uma, estimulando a inteligência, a outra os sentimentos do homem. O conhecimento amplia a vida. Conhecer é viver uma realidade que a ignorância impede desfrutar.”

Tenho sido muitas pessoas em muitos lugares e incansável na luta pela democratização da educação, para que todas as crianças tenham acesso à escola.

Os nomes daqueles que exerceram minha profissão constituem uma galeria de benfeitores da humanidade: Paulo Freire, Montessori, Emília Ferrero, Anísio Teixeira...

Eu sou também aqueles que já foram esquecidos, mas cujas lições e caráter serão por sempre lembrados nas realizações dos que educaram.

Já chorei de alegria em casamentos de ex-alunos, ri de felicidade pelo nascimento de seus filhos e de cabeça baixa, em dor, sofri junto a sepulturas para corpos jovens demais.

No decorrer de um dia letivo já fui artista, amigo, enfermeiro, médico, treinador; tive de encontrar objetos perdidos, fui motorista de táxi, psicólogo, vendedor e guardião da fé.

Não acumulo riquezas materiais, mas sou um caçador de tesouros, dedicado em

tempo integral à procura de novas oportunidades para meus alunos usarem seus talentos e buscando sempre descobrir seu potencial, às vezes enterrado sob o sentimento do fracasso.

Sou o mais afortunado dos trabalhadores. Um médico pode trazer uma vida ao mundo num só momento. A mim é dado cuidar que a vida renasça a cada dia.

Um arquiteto sabe que, se construir com cuidado, sua estrutura pode durar séculos. Um professor sabe que, se construir com amor, sua obra durará para sempre.

Sou um guerreiro que luta todos os dias contra a pressão de colegas, a negatividade, o medo, o conformismo, a ignorância, o preconceito, mas tenho grandes aliados: a inteligência, o apoio dos pais, a criatividade, a fé, o amor e o riso. Todos vêm reforçar minha lista.

E a quem devo agradecer pela minha profissão maravilhosa senão a vocês, pais, que me honraram ao confiar-me seus filhos?

E assim tenho um passado rico em recordações. Tenho um presente desafiador, porque me é dado passar todos os dias com o futuro.

Sou um Professor (Funcionário Público) e agradeço a Deus por isso. Todos os dias de minha vida...

Colaboração do professor
Antônio Dias Neme ao Dia do Professor e do Funcionário Público.

Projeto de Trabalho contemplado com **Menção Honrosa** na 1ª Edição do Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, promovido pela Câmara Municipal de São Paulo

“Cantando a História”

Tudo começou em 1980 quando, ainda universitária, eu ingressei no Magistério lecionando numa Escola Estadual. Já naquela época eu sabia que o povo brasileiro é um “povo musical”, e que “quem canta seus males espanta”.

Assim, verifiquei que as expressões musicais são recursos inesgotáveis e facilitadores do processo de ensino/aprendizagem da História. Eu percebia que, através da análise de músicas da MPB, as aulas de História ficavam mais interessantes e eu era a professora que andava com o “gravador da escola” para cima e para baixo; uma vez que lançamos num verdadeiro trabalho de pesquisa (meu e dos alunos), procurando letras de música que retratassem o processo histórico/social do Brasil, gravando e cantando em sala de aula.

É importante salientar que foi a partir de 1987, na EMEF “Capistrano de Abreu”, no bairro do Itaim Paulista, na Zona Leste de São Paulo, que esta experiência deu um salto de qualidade, uma vez que contou com o

apoio e a orientação da então diretora, uma vez que a “Dona Benê” (como ela era chamada por todos) contribuiu, auxiliando-nos nas pesquisas (letras de músicas, discos, fitas de vídeo) e também disponibilizando os recursos materiais da escola (aparelho de som, sala de vídeo) utilizados nas nossas aulas.

Com o passar dos anos, procurei sistematizar e fundamentar o meu trabalho, e para isto contei com uma vasta bibliografia que trata do assunto.

Hoje, cantar a MPB com os meus alunos já faz parte de uma prática incorporada, e nossas pesquisas estão sendo ampliadas e enriquecidas com os recursos da Internet e dos CDs. Então, ao relatar aos colegas este trabalho, espero compartilhar com eles outras formas de trabalhar a História, construindo assim, juntos, esse processo contínuo, inacabado e evolutivo que se chama Vida.

Marli Oliveira de Carvalho
é professora de História na
EMEF “Ten. José Maria Pinto Duarte”.

CURTAS

CURTAS

CURTAS

CURTAS

CURTAS

CURTAS

VALORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESCOLA

O vereador Carlos Giannazi obteve parecer favorável da Comissão de Administração Pública ao seu Projeto de Lei nº 314/05, que prevê uma série de benefícios para o ATE II que ocupar o cargo de Secretário de Escola, bem como aos Secretários declarados constitucionalmente estáveis (DOC 1ª/09/2006, pág. 80).

O referido Projeto, se convertido em lei, atenuará as agruras a que se submetem esses Profissionais.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À HEPATITE

A mesma Comissão exarou parecer favorável ao PL nº 94/06, de autoria do vereador Toninho Paiva, que institui, no âmbito do HSPM, o Programa de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite em todas as suas formas.

CAACs REGIONALIZADAS

A Prefeitura pretende criar Comissões de Avaliação de Acúmulo de Cargos (CAACs) nas Coordenadorias de Educação, para atender a demanda por requerimentos de acúmulos, que hoje sufoca a única CAAC existente, não obstante a competência e a dedicação de seus membros.

IMPLANTAÇÃO DAS CIPAS

A APROFEM encampou o movimento pela implantação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) nas Unidades Municipais. Além de visitar as Unidades, mediante agendamento, para orientar os servidores interessados (agendar pelo tel.: 3292-5500), a APROFEM sugeriu à SME que faça constar da Portaria que trata do Calendário Escolar, a partir do próximo ano letivo, **eleição de CIPAs nas Unidades Escolares e demais órgãos afetos à SME.**

Esse trabalho também será desenvolvido junto a Unidades de outras Secretarias Municipais, mediante solicitação.

ATENDIMENTO NO HSPM

As sugestões, críticas e questionamentos devem ser encaminhados, primeiramente, à Ouvidoria do HSPM. Não havendo retorno por parte da Ouvidoria no prazo estipulado, orientamos formalizá-los junto à APROFEM, que os encaminhará através de seus representantes no Conselho Gestor do Hospital.

Quando acionada, a APROFEM tem procurado mediar a relação entre o Servidor Público e o HSPM. Em contrapartida, entende também que é seu dever orientar os servidores a procederem com responsabilidade e coerência, em qualquer instância em que apresentem eventuais queixas relacionadas ao tratamento recebido no HSPM.

MIL E UMA UTILIDADES

A coluna do sr. Gilberto Dimenstein ("Burrice mata") na FSP do dia 27/08/2006, C10, menciona uma parceria entre as secretarias municipais da Educação e da Saúde na região sul da Capital: "Estudantes da Faculdade de Medicina da Unisa irão ensinar professores da rede pública a cuidar de doenças (g.n.) e vão ajudar a cuidar dos alunos, encaminhando-os a centros de saúde e hospitais".

A APROFEM cobrou explicações da SME e externou sua preocupação com a intenção de atribuir aos professores responsabilidades específicas de Profissionais da Saúde.

ENSINO MUNICIPAL - JUBILEU DE OURO

A APROFEM participou de Sessão Solene comemorativa do 50º Aniversário do Ensino Municipal. A solenidade ocorreu no dia 04 de setembro passado, na Câmara Municipal, home-

nageando condignamente as professoras e professores pioneiros da Rede ali representados.

Presidida pelo vereador Toninho Paiva, contou com a presença do sr. Secretário Municipal de Educação e de outras autoridades. Inúmeros professores aposentados e da ativa, além de familiares e amigos, estiveram presentes no evento que contou com uma bela apresentação da Banda Marcial da EMEF "Visconde de Cairu".

CANDIDATO SEM RESTRIÇÕES

Para checar se o seu candidato não possui mácula na sua vida pública, você pode acessar o site: www.transparenciabrasil.org.br.

DECLARAÇÃO DE ISENTO

Os servidores e demais trabalhadores isentos devem providenciar a Declaração de Isento para a Receita Federal.

A omissão pode acarretar o cancelamento do seu CPF.

DESCUMPRIMENTO DE LEI FEDERAL

Respondendo a consulta encaminhada por outra Entidade, o sr. Prefeito determinou que a Prefeitura se "abstenha de dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 11.301, de 10/05/2006" - que assegura aposentadoria especial de magistério para os Especialistas de Educação.

A alegação é de que tramita uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF. A APROFEM discorda e estuda a adoção de medida judicial para os interessados.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA - 20 ANOS

Na comemoração de 20 anos da gloriosa GCM, o sr. Prefeito anunciou aumento de 50% para 60% na Gratificação referente ao Regime Especial de Trabalho Policial

(RETP). Segundo a Prefeitura, o impacto na Folha de Pagamento da GCM será de 6,67%.

A GCM, a exemplo do restante do funcionalismo municipal, merece uma valorização salarial mais significativa. Por essa razão, exigimos a discussão da Pauta Unificada de Reivindicações.

PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS NÍVEIS BÁSICO E MÉDIO

Os Decretos nº 47.655 e nº 47.656, de 04/09/2006, regulamentaram a Progressão Funcional dos titulares de cargos dos Quadros de Nível Básico (Agente de apoio) e de Nível Médio (AGPP e AST), respectivamente. Os Decretos foram publicados na 1ª página do DOC de 05/09/2006.

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

A APROFEM já se posicionou contrária à terceirização dos serviços de merenda e limpeza nas referidas Unidades. Além de onerosa e de questionável eficácia, traz apreensão para os servidores do Quadro de Apoio à Educação, apesar de não representar risco iminente de perda de lotação ou de qualquer outro prejuízo funcional para os mesmos.

As Equipes Escolares afetadas devem submeter a decisão à apreciação do Conselho de Escola/CEI, além de denunciar qualquer irregularidade constatada.

OPÇÃO POR QUALQUER BANCO

A APROFEM defende o direito do servidor municipal escolher a instituição bancária na qual pretende movimentar o seu salário, hoje uma tendência em toda a classe trabalhadora brasileira.

Reiterará essa reivindicação nas Mesas de Negociação e em quaisquer outras instâncias de decisão, onde houver oportunidade.

Convênios & Serviços

CONVÊNIO MÉDICO

TABELA INTERMÉDICA SAÚDE / 2006
REAJUSTE MAIO

TITULARES E DEPENDENTES

IDADE (EM ANOS)	PLANO EXTRA AG4 (ENFERMARIA)	PLANO EXECUTIVO AG4 (APARTAMENTO)	PLANO EXECUTIVO PLUS AG4 (APARTAMENTO)
0 - 39	R\$ 74,37	R\$ 124,55	R\$ 143,22
40 - 59	R\$ 125,23	R\$ 209,70	R\$ 241,17
60 →	R\$ 446,22	R\$ 747,30	R\$ 859,31

CONVÊNIO ODONTOLÓGICO

1 CONVÊNIO INTERODONTO (GRUPO NOTRE DAME - INTERMÉDICA)

Preços: Valor por Beneficiário Inscrito

Plano Prata → R\$ 14,74 Plano Prata Plus → R\$ 20,36
Plano Platina → R\$ 40,61 Plano Diamante → R\$ 102,45.

2 CONVÊNIO ORAL PRÓ (AMESP/SAÚDE)

Preços: Valor por Beneficiário Inscrito

Plano Global → R\$ 16,12 Plano Quali Plus 0010 → R\$ 33,56.

Colônias de Férias da APROFEM

Preços de Diárias Promocionais*

Unidades	Peruíbe	Praia Grande	São Roque
Titular	R\$ 18,00	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Crianças até 5 anos	-	-	-
Crianças de 6 a 12 anos	R\$ 9,00	R\$ 11,00	R\$ 11,00
Familiares de 13 a 21 anos	R\$ 18,00	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Familiares a partir de 22 anos	R\$ 22,00	R\$ 26,00	R\$ 26,00
Convividos	R\$ 30,00	R\$ 32,00	R\$ 32,00

(*) Preços promocionais, sujeitos a alteração.
Na diária está incluído o café da manhã.

Programação de uso das Unidades de Perúibe, São Roque e Praia Grande

Períodos: Natal, Ano Novo, Férias de Verão e Carnaval/2007

Natal	- de 22/12/2006 a 27/12/2006	→ →	(5 diárias)
Ano Novo	- de 29/12/2006 a 03/01/2007	→ →	(5 diárias)
Janeiro - 1º Período	- de 05/01/2007 a 10/01/2007	→ →	(5 diárias)
Janeiro - 2º Período	- de 12/01/2007 a 17/01/2007	→ →	(5 diárias)
Janeiro - 3º Período	- de 20/01/2007 a 25/01/2007	→ →	(5 diárias)
Janeiro - 4º Período	- de 27/01/2007 a 31/01/2007	→ →	(4 diárias)
Carnaval	- de 17/02/2007 a 20/02/2007	→ →	(3 diárias)

INSCRIÇÕES

- ✓ As inscrições serão feitas no período de 02/10/2006 a 31/10/2006, através do preenchimento da ficha de inscrição (ao lado), a qual deverá ser enviada pelo correio, por fax: (11) 3292-5503, entregue às Equipes de Assessoria ou diretamente na Sede da APROFEM.
- ✓ Cada filiado sorteado poderá usufruir de somente um período e um apartamento de uma das Unidades.
- ✓ Somente serão confirmadas as inscrições via fax, após confirmação do recebimento pelo Setor de Convênios.

SORTEIO

- ✓ O sorteio será realizado no dia 08/11/2006, quarta-feira, na Sede da APROFEM. Às 10 horas, Natal e Ano Novo; às 14 horas, Férias de Verão e Carnaval.
 - ✓ Todos os filiações sorteados serão comunicados por carta e a confirmação da reserva será feita mediante o pagamento do valor total das diárias.
 - ✓ Não havendo confirmação da reserva sorteada no prazo estabelecido, estará automaticamente caracterizada a desistência.
 - ✓ A partir de 06/12/2006, às 10 horas, serão disponibilizadas as vagas remanescentes do sorteio, no Setor de Convênios da APROFEM.
- Atenção: Em caso de desistência, não haverá devolução dos valores pagos.**

FICHA DE INSCRIÇÃO

I - Perúibe - ❖ - II - São Roque - ❖ - III - Praia Grande

Colônia de Férias da APROFEM

Período Indicado: ____/____/____ a ____/____/____.

Número de pessoas: ____

Atenção: (I - Perúibe - máximo 6 pessoas por apartamento, inclusive crianças acima de 1 ano)

(II - São Roque - máximo 4 pessoas por apartamento, inclusive crianças acima de 1 ano)

(III - Praia Grande - máximo 5 pessoas por apartamento, inclusive crianças acima de 1 ano)

Nome do Filiado: _____ R. F. _____

Fones p/contacto: escola _____/residência _____/celular _____.

Havendo mais de um interessado, esta ficha poderá ser reproduzida

PREENCHER
TODOS OS
CAMPOS